

## PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE AS ESCOLAS DO CAMPO E AS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO/ RS

**SPENGLER, Bárbara<sup>1</sup>; PEREZ, Pamella Almeida<sup>2</sup>; PARAHYBA, Catiane<sup>3</sup>; ERCOLANI, Jaqueline Kuhn<sup>4</sup>; SALCIDES, Arlete<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia/ Unipampa (ba\_spengler@hotmail.com);

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia/ Unipampa (pamella\_perez@hotmail.com);

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia/ Unipampa (katyparahyba@hotmail.com)

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Pedagogia/ Unipampa (jaquercolani@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Orientadora: Professora da UNIPAMPA/ Campus Jaguarão (arleteunipampa@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador e extrapola a noção de espaço geográfico.

O projeto institucional das escolas do campo, considerando tanto o disposto no artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) como as recomendações das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), deve ser instrumento à prática da gestão democrática, ou seja, constituir mecanismos que possibilitem profícuo permanente diálogo entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade, bem como contemplar as demandas e interesses dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Nesse sentido, as famílias que já tiveram ou têm filhos matriculados na escola e aquelas que residem no entorno da instituição de ensino precisam ter garantidos seus direitos de expressarem o que pensam a respeito do trabalho desenvolvido e sugerirem alternativas que qualifiquem a oferta de ensino.

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade, devem contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

No entanto, diferentes diagnósticos nacionais (Inep/MEC, 2007) têm apontado que escassas são as escolas do campo que se envolvem com a vida das comunidades rurais. Na maioria dos casos, os projetos pedagógicos vigentes nas escolas do campo brasileiras priorizam um modelo de educação voltado ao atendimento de especificidades que caracterizam os modos de vida e de produção típicos dos meios urbanos. De modo geral, as unidades escolares pouco ou em nada contribuem na busca por soluções de problemas que afetam diretamente o cotidiano da vida das famílias de seus alunos e/ou daqueles que residem no território em que se inserem.

É preciso considerar que o campo, tal como alertam Alves Filho e Salcides (2007; 2008) e Caldart (2004), é espaço de vida digna e que é legítima a luta dos povos do campo pelo direito a uma educação no lugar onde vivem, definida e construída desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Visa-se a oferta de uma educação de qualidade em que todos possam dispor dos necessários conhecimentos e habilidades para promoverem as desejadas e necessárias transformações nos cenários rurais. É sob esse enfoque que a escola

do campo se constitui em um dos pilares na formação do sujeito e do desenvolvimento rural.

Nesse contexto de esforços e preocupações, apresentamos dados de uma pesquisa executada com a finalidade de investigar como se caracterizam as relações entre as seis escolas do campo da rede pública municipal de ensino de Jaguarão/RS e as comunidades rurais em que se inserem.

## **2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

Aqui o autor deve explicar como o trabalho foi realizado, expondo os procedimentos que foram adotados para a realização da pesquisa e controle dos resultados. A fundamentação metodológica deve esclarecer os trabalhos que embasam a análise proposta.

Na perspectiva de contribuir à geração de conhecimentos que pudessem pautar as reflexões e ações tanto de professores como de membros da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação acerca da importância de qualificação das relações existentes entre as escolas do campo e as comunidades para que as primeiras se tornem espaços democráticos e pólos de promoção de desenvolvimento das áreas rurais em que se situam, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa, que envolveu trabalho de campo (Boni e Quaresma, 2005).

Buscando garantir “vez” para que residentes em seis áreas rurais do município de Jaguarão tivessem “voz” para expressarem seus sentimentos e opiniões sobre como têm se caracterizado suas relações com as unidades escolares, elaboramos, previamente, um roteiro de entrevistas. As entrevistas foram realizadas, no mês de junho de 2011, com dez moradores de cada área que, espontaneamente, se dispuseram a concedê-las. As respostas dos participantes foram registradas para posterior análise.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise das respostas dos participantes possibilitou constatar que os professores raramente participam de algum tipo de atividade organizada e/ou proposta pela comunidade, tais como festividades, cultos, reuniões ou atividades esportivas.

Questionados sobre o uso da escola para a realização de algum tipo de atividade comunitária, apenas quatro entrevistados afirmaram ter conhecimento de alguma ocasião em que a comunidade utilizou o espaço da escola. Seis entrevistados referiram que os moradores costumam utilizar o espaço do Centro Comunitário para realizarem seus eventos. Os demais participantes apontaram não haver oportunidades para freqüentar o espaço escolar, ressaltando haver escasso diálogo entre os moradores e os professores que atuam nas escolas em que residem.

Quanto ao uso de espaços escolares por membros das comunidades tanto para a realização de eventos culturais como para atividades esportivas, sociais ou de cunho religioso, são escassas ou inexistentes essas oportunidades. Segundo os participantes, quem freqüenta as escolas, geralmente, têm seus filhos matriculados e o faz atendendo ao chamado ou ao convite de professores ou gestores para participar de alguma atividade promovida por esses últimos.

Conforme pudemos verificar, a maioria dos entrevistados referiu freqüentar o espaço da escola apenas em eventos organizados pelas professoras, ou seja,

somente quando há interesse por parte da escola de que eles se façam presentes, tal como na entrega de boletins escolares, ou em atividades promovidas pela Secretaria da Saúde, tal como Campanhas de Vacinação.

Alguns entrevistados que não têm filhos matriculados na escola de sua comunidade manifestaram seu desejo em que sejam propostos cursos sobre temas de seu interesse.

Os informantes ressaltaram que, em geral, os moradores de sua comunidade tecem elogios à escola. À exceção de três entrevistados que referiram que a escola não tem nenhuma importância para a comunidade, os demais apontaram que se não houvesse uma escola na sua comunidade, as crianças teriam de se deslocar até as escolas urbanas. Dois participantes enfatizaram que a escola é importante em razão do bom tratamento recebido por seus filhos.

Em geral, os informantes expressaram seu descontentamento quanto à falta de diálogo entre os professores e a comunidade e manifestaram seu desejo de conhecerem o projeto educacional desenvolvido na escola.

As respostas de alguns participantes revelaram algumas circunstâncias em que o diálogo entre a escola e os moradores da comunidade se intensificam, tais como ocasiões em que são chamados para participar de mutirões para cortar a grama do pátio, construir ou limpar o poço e pintar o prédio da escola.

#### 4. CONCLUSÃO

Urge considerar que a transformação da educação do campo requer mais do que a qualificação dos professores ou a melhoria da estrutura física das escolas, o que impõe compreender que a escola - na medida em que oferece educação, entendida em seu sentido mais amplo - pode aglutinar ações indispensáveis à formação de atores que se envolvam na construção de um projeto de sociedade mais justa e equilibrada.

Retomando a pergunta que orientou a execução da pesquisa que serviu de base à produção do presente resumo, é possível afirmar que as relações mantidas entre as escolas do campo do município de Jaguarão e as comunidades rurais em que elas se inserem requerem um olhar mais atento e a revisão de atitudes por parte dos diferentes atores envolvidos.

Para finalizar, cabe ressaltar nossa expectativa de que a socialização dos achados da pesquisa possa contribuir para fomentar discussões que envolvam a participação tanto das pesquisadoras, dos professores e de membros da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação como dos participantes do estudo, na perspectiva de que as unidades escolares se tornem pólos de promoção de desenvolvimento das áreas rurais jaguarenses.

#### 5. REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, Arlete Maria Feijó. Pausas para reflexões acerca da educação do campo no município de Gravataí. In: Hilda Jaqueline de Fraga. (Org.). **Teorias & fazeres: caminhos da educação popular: Educação do campo**. Gravataí: Prefeitura Municipal de Gravataí. Secretaria Municipal de Educação, v. 15, p. 31-42, 2008.

ALVES FILHO, Eloy e SALCIDES, Arlete. Vantagens da alfabetização na perspectiva de adultos residentes em áreas rurais do Brasil e de Portugal. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, (UFU), v. 6, p. 87-105, 2007.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Vol 2, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB, Lei 9394/96)

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2002.

BRASIL. Panorama da Educação do Campo. Brasília: Inep| MEC 2007.

CALDART; Roseli Salete. A escola do Campo em Movimento. Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.